

Getúlio Vargas e o Integralismo: histórias de pescador

Rogério Lustosa Victor

Doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás,
bolsista da CAPES

Resumo: Esse artigo parte da tensa relação entre o movimento integralista e a constituição do Estado Novo para, então, localizar o Integralismo como inimigo da ditadura Vargas. A partir de análise das matérias publicadas na grande imprensa, no período de 1937 a 1945, acerca do Integralismo, já inimigo político de Vargas, inferimos que, naquele período, embora aparentemente apenas relatando os fatos, o que a imprensa fez foi compartilhar dos mecanismos de propaganda política por meio dos quais o Estado Novo buscou legitimar o seu poder. Nesse processo, adversários da ditadura não foram poupados e o Estado foi capaz de cunhar representações que ficaram marcadas na memória social. Aos integralistas coube a pecha de golpistas, risíveis, fanáticos e patéticos.

Palavras-chave: Integralismo, Estado Novo, memória social.

Abstract: This article focus on the difficult relations between the Integralist movement and the implementation of the Brazilian Estado Novo (1937-1945) and shows how the first come to be seen as an enemy of dictator Getulio Vargas' Regime. This work shows how behind of press apparent neutrality it has in fact followed down the dictatorship mechanisms of reinforcing Vargas legitimacy. In this process rivals such as the Integralist have been not spared and Vargas regime was able to build up representations that have shaped social memory since so. Integralist leaders were portrayed as pro-coup, ridiculous, fanatical, and pathetic.

Keywords: Integralism, social memory, Brazilian *Estado Novo*.

Getúlio Vargas e o Integralismo: o lançamento da isca

O movimento integralista surgiu em 1932 e teve considerável ascensão nos anos seguintes, tornando-se o primeiro movimento de massa no Brasil¹. Organizou excepcional rede de imprensa e, com sua militância atuante, conseguiu fundar núcleos por várias partes do País, configurando-se como “o primeiro partido político brasileiro com implantação nacional e reunindo cerca de meio milhão de aderentes”².

O rápido crescimento do movimento na década de 1930 abriu rápidas expectativas de futuro às suas lideranças. Em 1937, a Ação Integralista Brasileira (AIB) lançou a candidatura de Salgado à presidência da República. O pleito, que deveria ocorrer em 1938, não ocorreu. Getúlio Vargas, em novembro de 1937, desfechou um golpe e manteve-se na presidência, como ditador, por mais oito anos.

No processo que culminou no golpe de 10 de novembro de 1937, houve articulação direta do líder integralista, Plínio Salgado, com agentes ligados a Vargas (e mesmo com ele próprio). Em semelhante processo, Vargas foi o ator central e, acerca dele como ator político, Aspásia Camargo escreveu relevante artigo. O seu texto abre-se com epígrafe em que Vargas diz “Na luta, vencer é adaptar-se, isto é, condicionando-se ao meio, apreender as forças ambientes, para dominá-lo”³. Assim, ao pensar a personalidade política de Vargas e a instalação da ditadura estadonovista no Brasil, Camargo afirmou:

[...] as grandes inflexões da vida política de Vargas são longamente preparadas. A conciliação no Rio Grande é empreendimento que se estende por mais de uma década. Sua candidatura, em 1929, é um acontecimento esperado, como também o é o confronto armado em 1930. O golpe de 1937 a ninguém surpreende: urdido em silêncio, reúne os segmentos mais expressivos da comunidade política⁴.

Desse modo, vendo no integralismo uma força política não desprezível naquela conjuntura, Vargas buscou uma aproximação com o chefe nacional da AIB para neutralizá-lo politicamente — a ele e a seu movimento —, diante do golpe que se urdia. Não terá sido por outra razão que, em setembro de 1937, em nome do presidente da República, Francisco Campos estabeleceu um primeiro contato com Salgado, já pedindo apoio para o golpe de Estado que ocorreria brevemente. Francisco Campos garantiu a Salgado que o Integralismo seria a base da futura organização ditatorial que se almejava construir.

Dias depois, em 25 de outubro de 1937, nos bastidores da conspiração, Vargas encontrou-se com Salgado e eles puderam se entender no que concernia ao golpe. A seu respeito, Vargas anotou em seu diário: “Na noite última, fui com o Macedo à casa do Rocha Miranda – Renato –, onde encontrei-me com Plínio Salgado, que de muito procurava falar-me. Caipira astuto e inteligente, mas entendemo-nos bem”⁵. Os entendimentos deram-se a partir de promessas de Vargas quanto às ações futuras que promoveria e, também, quanto ao status do Integralismo na nova ordem a qual se constituiria. Dentre as promessas, destacavam-se a substituição gradual dos governadores por novos quadros políticos (questão cara aos camisas-verdes em função de suas posições favoráveis à centralização política), a reorganização da milícia integralista e a entrega da pasta da Educação a algum quadro do movimento chefiado por Salgado.

O resultado dessa relação amistosa — que promoveu em Salgado grandes expectativas em relação ao espaço que seria ocupado pelo seu movimento na nova ordem política que se constituiria — foi o apoio do chefe nacional dos camisas-verdes ao golpe urdido por Vargas. O enorme desfile do dia 1º de novembro, quando milhares de integralistas marcharam diante do presidente da República que se encontrava no Palácio do Catete, é uma pista do apoio de Salgado às pretensões continuístas de Vargas. Este assistiu ao desfile como quem já havia controlado os integralistas e estava ali para receber a continência, como chefe da nação, de milhares deles. É o que se vê no seu diário referente ao 1º de novembro:

Quando conversava com este (general Newton Cavalcanti), começou o desfile da concentração integralista pela frente do palácio. Fui assisti-la, acompanhado pelos generais Newton e Pinto. Mais tarde, chegou o ministro da Guerra, que assistiu ao resto do desfile. Certamente 20 mil integralistas desfilaram em continência ao chefe da nação⁶.

Entretanto, alguns dias depois, no dia do golpe, Salgado viu-se surpreendido pelo discurso proferido por Vargas. Nele, segundo o próprio Salgado, “não houve uma palavra de carinho para o Integralismo ou para os Integralistas. [...] Por todo o país, ouvindo o rádio, um milhão e meio de brasileiros considerava o fato amargamente”⁷. Tais palavras de Salgado foram escritas quando a crise entre os integralistas e o Estado Novo parecia quase incontornável e foram, portanto, representativas de olhar posterior do chefe integralista, pois as negociações entre ele e os agentes da ditadura recém-instalada continuavam dando-se e a perspectiva de futuro que Salgado tinha não permitiria a ele, naquele momento, ler o silêncio quanto ao Integralismo de forma tão amarga.

Quanto àquelas negociações, em 20 de novembro, Vargas assim se expressava em seu diário: “Antes de começar o despacho, recebi o ministro da Justiça, que me deu conta de sua

conversa com Plínio Salgado e da aceitação deste. Ficou também assentado que se fizesse a dissolução de todos os partidos para a organização de um só”⁸.

No entanto, já no dia 3 de dezembro de 1937, pela manhã, Vargas assinou o Decreto-Lei nº 37, dissolvendo os partidos e a Ação Integralista, o que muito surpreendeu Salgado, e, como Vargas percebeu, houve desgosto e inquietação entre os integralistas⁹.

Salgado esforçou-se para enquadrar a extinta AIB à nova situação, transformando a sua organização política em uma associação cultural chamada Associação Brasileira de Cultura (ABC). Mas, o Decreto-Lei nº 37, além de proibir a existência de partidos políticos no Brasil, também trazia um artigo em que proibia nas sociedades civis o uso de uniformes, distintivos e gestos. Nesse aspecto, o referido decreto foi feito sob medida para vetar o Integralismo, pois, por fim, proibia a sua mística mesmo como sociedade civil.

De todo modo, a ABC, mesmo com seu estatuto enquadrado no citado decreto, depois de demorado trâmite no Ministério da Justiça, não conseguiu seu registro. O ministro da Educação e Saúde do Estado Novo, Gustavo Capanema, no início dos anos de 1940, explicitava a posição do governo: “Decretada que foi a extinção dos partidos políticos, a Ação Integralista Brasileira pretendeu sobreviver, disfarçada em associação de fins beneficentes, desportivos e culturais, mas o Governo não consentiu nesta farsa”¹⁰. Efetivamente, o que estava em curso, era a proibição a Salgado em dar continuidade a seu movimento — com ou sem feição explicitamente política.

A pesca do pirarucu

O dia 3 de dezembro de 1937 foi momento decisivo no tocante ao estremecimento das relações entre o Integralismo e o Estado Novo. É possível verificar, seguindo o diário de Vargas, a pouca importância que ele deu às tensões com os integralistas. Durante os meses de dezembro e de janeiro, ele mencionou a crise em apenas dois momentos: em 8 de dezembro de 1937, quando escreveu que “À noite, recebi o chefe da Polícia, que me informou sobre a irritação dos integralistas, principalmente militares, que estavam, senão numa fase conspiratória, pelo menos de franca sabotagem dos atos do governo”¹¹. E, no dia seguinte, quando relatou a pequena crise envolvendo o general Newton Cavalcanti, o qual se fez demissionário da Vila Militar “por causa da dissolução do integralismo”¹².

A despeito da relativa indiferença de Vargas, havia uma situação crítica, para a qual Salgado ainda tentava uma saída política. Em um sincero, ingênuo e desesperado apelo, ele enviou uma carta para Vargas em 28 de janeiro de 1938, em que se ressentia com os motivos que

o faziam estar sendo visto como um “pirarucu”¹³ por Vargas pescado e, deste modo, expôs-se, ingenuamente:

[...] Logo os jornais, havendo censura oficial, começaram a me atacar, a ridicularizar o movimento integralista. Alguns diretores de jornais me informaram que recebiam ordens diretas de autoridades para abrir fogo contra nós.

Em todas as rodas de políticos da cidade só se falava então no tombo que V. Exa. nos dera; no novo ‘pirarucu’ que V. Exa. pescara; na rasteira que V. Exa. passara no integralismo [...]¹⁴.

A imagem de Vargas comparada ao do astuto pescador do pirarucu havia se tornado corrente a partir de artigo de Costa Rego publicado em janeiro de 1934 no *Correio da Manhã*. O influente jornalista, depois de descrever o processo de pesca do peixe amazonense com o uso do arpão, assim escreveu

[...] Ora, não é senão uma pesca de pirarucu o que o Sr. Getúlio Vargas faz, no desdobramento das crises da Revolução. Os homens que ele quer submeter, anular ou proscriver são primeiramente arpoados. Correm. Ao fim da linha, o Ditador suavemente os chama. Embora resistindo, eles voltam, presos ao arpão. O Sr. Getúlio Vargas larga-os mais uma vez, e só os larga para que voltem, até que, extenuados, lhe possa aplicar o macete. Quem quiser melhores informações sobre o assunto pode dirigir-se aos Srs. Borges de Medeiros, João Neves da Fontoura, Mauricio Cardoso, Lindolfo Collor, Baptista Lusardo, Barros Cassal, Francisco Campos, Adolfo Bergamini, Leite de Castro, Dulcídio Cardoso, José Maria Whitaker, Laudo de Camargo, Waldomiro Lima, João Alberto e outros pirarucus de antigas pescarias. Os da pescaria de agora falarão depois [...]¹⁵.

É daí que Salgado se sentiu como o “novo Pirarucu” pescado por Vargas e a ele enviou a referida carta. De todo modo, Vargas não a respondeu e não demonstrou maior interesse pela questão. Paralelamente às infrutíferas tentativas de Salgado a um entendimento político com Vargas nos termos acertados antes do golpe, ocorria uma série de incidentes entre polícia e integralistas. Em 10 de janeiro de 1938, foram apreendidas armas no núcleo integralista de Juiz de Fora – MG. O *Diário de S. Paulo* noticiou, nos dias 19 e 20 de janeiro, a apreensão de muito armamento e a prisão de 24 integralistas em uma casa, em Campo Grande – RJ, após um tiroteio. Outros incidentes foram registrados pela imprensa¹⁶.

O momento era delicado para os camisas-verdes mais envolvidos na ação política. O militante integralista, Jair Tavares, assim descreveu o clima predominante no período:

[...] a polícia do Sr. Felinto Müller desfechou contra o integralismo e os integralistas a mais torpe das perseguições. Os nossos núcleos onde funcionavam escolas, lactários, gabinetes médicos, cursos de corte e costura e

bordado, foram vandalicamente depredados, as casas dos integralistas invadidas, os integralistas presos, espancados, mutilados e até mortos pelas mãos dos policiais bestificados. Isso naturalmente provocou revolta [...]¹⁷.

Os ânimos exaltavam-se e os incidentes prosseguiam. Em 31 de janeiro do mesmo ano, foram apreendidas diversas armas em Niterói – RJ, na casa do integralista Major Pedro Otaviano de Oliveira. Ainda em Niterói, três dias depois, a polícia prendeu o proprietário de uma padaria e, no local, foram encontrados uniformes e armas de integralistas. Embora os incidentes não estivessem articulados a um movimento maior da formalmente extinta Ação Integralista contra o Estado Novo, o fato é que a cúpula dos camisas-verdes – entre estes o Chefe Nacional – já se articulava com outros setores antigetulistas, tramando um golpe.

Olbiano de Melo, que era Secretário Geral da Câmara dos Quarenta¹⁸, descreveu como se deu essa tomada de posição com intento golpista:

Uma noite fui procurado na “A Ofensiva” pelo Comandante Vitor Pujol e um outro oficial da Marinha de Guerra. Informaram-me que a oficialidade integralista tivera uma reunião com seus camaradas do Exército e estavam todos resolvidos a pôr termo àquele “impasse”. Revoltar-se-iam desse no que desse. Pediam-me ambos que, como Secretário-Geral da “Câmara dos 40”, fôsse com eles conversar com Gustavo Barroso, Comandante-Geral das milícias em todo o Brasil e, em seguida, com Belmiro Valverde que tudo indicava estaria de acôrdo com o levante armado. [...] Barroso concordou, então, que passássemos à ação revolucionária. Seguimos dali para a casa de Valverde. Exposto o motivo da visita combinou-se que no dia seguinte pela manhã falaríamos com Plínio Salgado. Após este último encontro iniciou-se a conspiração¹⁹.

O movimento integralista — ou ao menos suas lideranças — respaldara a ação política que implantou a ditadura estadonovista, contudo, agora se via em delicada situação, já que as condições para o apoio integralista ao golpe, negociadas previamente, não haviam sido cumpridas. Salgado “pescado” não se conformava com as suas novas e reduzidas condições políticas e, assim, pressionava o governo afim de que ele aceitasse as condições outrora combinadas para que os camisas-verdes o apoiassem, ou seja, o movimento integralista deveria permanecer como entidade cultural e, a pasta da Educação, ser a eles entregue.

Se Vargas, num primeiro momento, acenava para a possibilidade de um camisa-verde ocupar o ministério da Educação — mas dela despido —, em fevereiro de 1938, as relações entre integralistas e governo e a relutância de Salgado em se conformar em ser o “novo pirarucu” por Vargas pescado fez este mudar o curso de suas posições e ignorar definitivamente os apelos de Salgado. Os apelos sucediam por todos os meios, inclusive ele se valeu de uma amiga em comum, Rosalina Coelho, a quem Salgado encarregou de enviar carta a Vargas com a explicitação das condições para que os integralistas assumissem o ministério da Educação.

Acerca de mais esse apelo de Salgado, Vargas, em 16 de fevereiro de 1938, assim se referiu em seu diário: “D. Rosalina teve uma conferência com Plínio Salgado e traz-me as condições escritas pelo genro deste para ele entrar para o Ministério. Pedi à portadora que as devolvesse, dizendo que eu não tomava conhecimento”²⁰.

A carta levada por Rosalina só poderia se referir, na verdade, às exigências integralistas para que eles cessassem a conspiração contra o Estado. Embora não passasse desapercibidamente das autoridades governamentais que os integralistas conspiravam, Vargas não aceitou as imposições de Salgado para apaziguar o conflito. Este tomava a forma de conspiração armada e a situação era informada ao ditador por várias autoridades do governo. É o que se percebe em seu diário, em anotações alusivas ao dia 12 de fevereiro de 1938: “Vieram falar-me sobre conspirações que estavam sendo tramadas no Exército etc. Combinei inicialmente providências militares no Rio Grande e em São Paulo, e aconselhei ao chefe de Polícia vigilância aqui, não convindo, por enquanto, fazer prisões”²¹. Dois dias depois, em 14 de fevereiro, as informações da conspiração chegavam de modo mais grave: “O ministro da Justiça, impressionado com os boatos de conspiração, quer apressar as coisas”²². E, no dia 16 do mesmo mês, mesmo dia em que Vargas recebeu a visita de Rosalina, ele assim registrava o clima conspiratório dos integralistas contra o governo: “A polícia fluminense descobre uma conspiração integralista em Petrópolis e faz prisões”²³.

Para muitos integralistas, a traição de Vargas, juntamente com a abrupta interdição do Integralismo na política nacional, despertara tamanho estado de revolta que optaram pelo levante armado. Outras forças também conspiravam contra o Estado Novo, notadamente forças ligadas a Flores da Cunha²⁴ e aos liberais paulistas²⁵. Essas forças se articularam com os integralistas e, conjuntamente, tramaram o levante armado.

O plano visava prender o ditador e estava articulado em São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Bahia e Pernambuco, além da Capital Federal, onde o levante começaria. A ação seria iniciada no Rio de Janeiro, com a tomada da estação de rádio Mayrink Veiga e daí se emitiria o sinal para a sublevação em outras partes do país. Milicianos liderados pelo tenente Loyola e pelo Dr. Jair Tavares, encarregados da citada missão, ao tentarem colocá-la em prática, na noite de 10 de março de 1938, foram cercados pela polícia que já estava a par do assalto, inviabilizando o movimento conspiratório.

De qualquer modo, mesmo assim, aconteceu uma sublevação na Marinha, naquele mesmo dia 10 de março. Marinheiros liderados pelo almirante e integralista Jatir de Carvalho Serejo ocuparam a escola naval na Ilha das Enxadas e, depois de prenderem a guarda que se encontrava na ilha e embarcaram em uma lancha quarenta fuzis e quatro cunhetes de munição,

Serejo recebeu uma ligação do tenente e também integralista Arnaldo Hasselmann Fairbarn – envolvido na conspiração – dando contra-ordem. A ação foi, então, desfeita.

O que se seguiu àquele episódio foi a ação da polícia. Centenas de integralistas foram presos, principalmente na cidade do Rio de Janeiro. Além dos camisas-verdes, a polícia prendeu também os liberais Otávio Mangabeira e Euclides Figueiredo. A casa de Plínio Salgado foi vasculhada e nela foram encontrados muito armamento e munição. Entretanto, pouco antes dessa ação, Plínio Salgado e seu genro Loureiro Júnior já estavam escondidos.

O golpe que eclodiu em 11 de maio de 1938 foi basicamente organizado pelos remanescentes da conspiração de março. A coordenação política desse novo movimento foi entregue por Plínio Salgado ao médico Belmiro Valverde, que havia atuado em março e que também se encontrava foragido. Valverde era destacado membro das hostes integralistas e havia ocupado a Secretaria Nacional de Finanças da AIB de março de 1934 até a dissolução da organização em dezembro de 1937, além de ser, da mesma, membro do Conselho Supremo. Valverde foi auxiliado de perto por Raymundo Barbosa Lima, Chefe Provincial no Estado da Guanabara, posição importante dentro da AIB.

Na função que passara a ocupar, Belmiro Valverde encarregou o Tenente Severo Fournier de organizar militarmente a ação. Severo Fournier era homem de confiança do Coronel Euclides Figueiredo e deste havia sido ajudante-de-ordens na Revolução Constitucionalista de 1932. Fournier organizou e comandou militarmente o movimento e também comandou a mais importante ação do *putsch* de maio de 1938: o assalto ao Palácio da Guanabara.

Convém aqui lembrar que, antes da entrada de Fournier para as atividades revolucionárias, já havia todo um movimento liderado pelo General Castro Júnior (que permanecia, ainda em maio de 1938, como chefe nacional do movimento rebelde) e pelo Coronel Euclides Figueiredo – um movimento que, embora tenha deixado resultados, foi desarticulado tanto pela prisão de vários envolvidos (dentre eles a do próprio Coronel Euclides Figueiredo) quanto pela apreensão de munições e armamentos. Assim sendo, após a indicação de Valverde, o trabalho de Fournier consistiu exatamente em reorganizar e readaptar os homens que haviam demonstrado mais capacidade naquelas primeiras movimentações.

O plano de ação, de enorme dimensão, foi elaborado por Severo Fournier e corrigido pelo Coronel Euclides Figueiredo e contava com várias séries de operações, mas a sua execução, na madrugada de 11 de maio de 1938, converteu-se num enorme fracasso. Se o 10 de novembro revelou-se como momento de grande derrota política para os integralistas, o 11 de maio de 1938 foi a sua definitiva sentença. Essas duas derrotas bastaram para abater um movimento que havia encontrado/criado condições propícias para rápida expansão no País. Esta expansão havia

provocado nos seus mais envolvidos militantes grande expectativa de futuro quanto ao exercício do poder no Brasil, mas a sua derrota em maio de 1938 selou a sua sorte: a repressão empreendida aos integralistas pela ditadura foi brutal. Poucos dias após o levante, já se encontravam detidos na casa de correção (localizada na Ilha Grande) cerca de 1500 indivíduos suspeitos de envolvimento com o *putsch* ou efetivamente envolvidos²⁶. Entre eles, Raymundo Barbosa Lima, chefe integralista da província da Guanabara e que havia ajudado Belmiro Valverde na articulação do movimento; o próprio Belmiro Valverde, articulador geral do movimento; o tenente Júlio Barbosa do Nascimento; o capitão Fernando Cockrane; e os não-integralistas, generais Castro Júnior e Bertoldo Klinger e, semanas mais tarde, o tenente reformado Severo Fournier. Enquanto isso, Plínio Salgado²⁷, Miguel Reale e Loureiro Júnior permaneceram foragidos.

A prisão — ou a entrada na clandestinidade — das lideranças integralistas abalou a estrutura organizativa do movimento. Além disso, os camisas-verdes passaram a conviver com uma ampla campanha contrária ao seu movimento e foram tachados de golpistas, covardes, patéticos e extremistas. Alguns adjetivos pejorativos já haviam sido usados contra eles, mormente pelos comunistas, mas agora isso se dava em maior escala e aos integralistas não era possível a defesa de seu movimento no espaço público. O Estado Novo esforçou-se então para controlar o passado e, na disputa pela memória, uma nova derrota foi imposta aos integralistas.

O Estado Novo e o lugar do Integralismo na memória social: histórias de pescador

Os resultados das pesquisas realizadas por Maria Luiza Tucci Carneiro nos acervos do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) são relevantes quanto ao esforço da República no Brasil em exercer controle sobre a cultura. Segundo a pesquisadora, “a censura, assim como a violência física e simbólica, fizeram parte dos projetos políticos articulados em diferentes momentos da nossa história”²⁸. Seguindo sua análise, pode-se perceber como o Estado a partir da Revolução de 1930 esteve longe de estabelecer políticas pautadas na liberdade de expressão. De início, os jornais que apoiaram o governo Washington Luís e não se alinharam à Revolução foram empastelados, prática bastante comum nas décadas anteriores para silenciar a imprensa indesejada. Mas, já nos fins de 1933, como Tucci Carneiro avalia, estabelecia-se uma política de normatização das proibições e, nesse sentido, o Ministro da Justiça, Francisco Antunes Maciel fazia publicar no Diário da Assembleia Nacional as regras do silêncio, proibindo previamente que na imprensa houvesse:

[...] as críticas ao governo em termos acrimoniosos; expressões e referências pejorativas aos seus membros, notícias que pudessem prejudicar a ordem pública e estimular subversões, agressões pessoais a quem quer que fosse, críticas aos governos estrangeiros e seus representantes, informações que pudessem produzir alarmes ou apreensões e, finalmente, boatos de tendenciosidade manifesta²⁹.

A Constituição de 1934, no seu artigo 113, também estabeleceu restrições à liberdade de imprensa e a censura a ela se impôs a partir do estado de sítio decretado após a Intentona Comunista de 1935.

A partir de novembro de 1937, com a ditadura instalada, tem-se início a elaboração de uma política de maior controle da imprensa. Mas, como avaliou Edgard Carone,

o controle dos meios de comunicações particular — rádio e jornais — não se faz automático com o golpe de Estado. Apesar de não poder se manifestar contra [...], há sinais de insatisfação, algumas delas vencidas através de acordos — o Estado Novo subsidia jornais ou concede favores em papel —, outros através da força [...]³⁰.

Quanto à capacidade do Estado Novo de submeter a imprensa por meio do controle do papel por ela usado, é bastante elucidativo o testemunho dado pelo jornalista Joel Silveira³¹:

Naquele tempo era o DIP que controlava a importação e distribuição do papel destinado à imprensa, o chamado 'linha d'água'. Para os jornais amigos e 'compreensivos', direta ou indiretamente favoráveis à ditadura, nenhuma dificuldade: tinham o papel que queriam [...] mas, contra os desafetos, os rebeldes, os que não rezavam pela cartilha do Estado Novo, caía a pesada mão do DIP³².

Na prática, durante todo o período do chamado Estado Novo, mesmo antes da criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 27 de dezembro de 1939, a situação da imprensa foi marcada pela ausência de sua livre manifestação. O Estado a submeteu utilizando-se de várias estratégias, entre os quais merecem destaque a política de favores à imprensa que estivesse em sintonia com o governo (neste aspecto entrava a liberalização de crédito público, a concessão de verbas publicitárias e a disponibilização de papel, já que este era basicamente importado e sua distribuição era controlada pelo governo), a repressão e a censura.

Exemplo notável de forma de submissão dos homens da imprensa ao governo Vargas é o caso de Assis Chateaubriand. Ele se posicionou ao lado dos constitucionalistas na Revolução de 1932 e acabou sofrendo com a derrota destes: foi preso, perdeu *O Jornal* (um de seus principais veículos) e *O cruzeiro* ficou proibido de circular por alguns meses. Depois, segundo Maklouf de Carvalho, ele capitulou: “fez acordos e retomou o controle das publicações. Foi estado-novista

durante os oito anos da ditadura (1937-1945), sem prejuízo de divergências pontuais, e, daí para a frente, serviu-se do poder, e a ele serviu, na medida exata dos seus interesses”³³.

A repressão, por sua vez, se fazia de modo arbitrário. O jornal *O Estado de São Paulo*, que em 1932 havia apoiado a Revolução Constitucionalista, em 1940, acabou ocupado pela polícia militar. A alegação era a de que ali havia armas escondidas. O jornal foi tomado pelo Estado que o manteve sob controle do DIP³⁴.

Assim, o governo foi “praticamente o único a se expressar publicamente durante o Estado Novo. Sem oposição, sem ninguém para poder contestar-lhe a propaganda [...]”³⁵. Daí a possibilidade de pensarmos o Estado Novo como ator privilegiado no processo de formação da memória social, em especial por meio dos jornais de grande circulação, dado que ele, o Estado Novo, ao estabelecer controle sobre a imprensa, foi capaz de selecionar representações do passado que foram disponibilizadas a grande número de indivíduos, os quais, supomos, incorporaram essas representações como se fossem suas. Supomos então que, neste momento do século XX no Brasil, a imprensa de grande circulação atuou enquanto vetor da memória social. Tal reflexão adveio parcialmente da análise desenvolvida por Pierre Nora³⁶ acerca do efeito da aceleração do tempo no Ocidente, a partir do século XIX, no que concerne a memória: a aceleração do tempo teria desfeito a inconsciente relação entre o povo e seu passado, destruindo as velhas tradições. A relação do povo com o passado passou então a ser reconstruída e nesse contexto a linguagem, por meio da imprensa, tornou-se um importante lugar de memória. Assim, na formação da memória social, como constatou Alexander von Plato³⁷ em suas pesquisas, as pessoas recordam também as representações da época, as quais foram transmitidas por diversas mídias. Embora a incorporação das leituras de passado disponibilizadas publicamente (ou, noutras palavras, as recordações das representações do passado difundidas pela mídia) se dê com baixa intensidade, supomos que elas sejam capazes de configurar a visão de mundo de um povo³⁸, corroborando a construção de sua identidade.

A partir da imprensa submetida pela ditadura, construiu-se uma narrativa bem elaborada acerca do Integralismo e fixaram-se as ideias-imagens que marcaram as representações mais compartilhadas relativas ao movimento dos camisas-verdes.

Vejamos então alguns discursos emitidos para o grande público naquele contexto e que pressupomos terem definido o lugar do Integralismo na memória social.

Em 12 de maio de 1938, o jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre, noticiou o golpe integralista ocorrido no dia anterior. A matéria, com o subtítulo *Réprobos da Pátria*, dizia o seguinte:

A Nação”, em edição especial que circulou às 12 horas de hoje, publica uma nota em que os adeptos de Plínio Salgado são taxados de réprobos da pátria ao serviço do estrangeiro. Os que ainda hontem se propunham salvar o paiz e fazer obra de paz entre os brasileiros, usaram na madrugada de hoje a technica e os systemas bolchevistas, matando, incendiando casas e fuzilando indefesos cidadãos. A nota referida que tem o título “Quem eram elles” termina dizendo que todos os brasileiros a esta hora já sabem que eram os companheiros de Plínio Salgado, o covarde chefe do integralismo no Brasil³⁹.

O *Correio do Povo* reportava ao levante integralista como tendo usado “a técnica e o sistema bolchevique”, fazendo menção a acontecimento vivo na memória: a intentona comunista. A respeito desta, no ano em que ela ocorreu, em 1935, havia sido amplamente divulgada a ideia de que os comunistas tinham matado inocentes dormindo e, agora, a semelhança entre os dois acontecimentos (a intentona comunista e o golpe integralista), estabelecida pelo jornal, permitia o uso do subtítulo “repóbras da pátria”, pois como senão como repóbras poderiam se qualificar indivíduos que haviam na madrugada, matado indivíduos, incendiado casas e fuzilado indefesos cidadãos, como assegurava aquela matéria do citado jornal? Esse ato, narrado como repulsivo, reservou para o seu final o categórico adjetivo destinado a qualificar, ou melhor, desqualificar o chefe integralista: covarde.

No mesmo dia 12 de maio de 1938, o *Diário de Notícias* noticiava:

O sr. Agamenon Magalhães, interventor federal, publicou na “Folha da Manhã”, de hoje, uma proclamação cientificando a população dos acontecimentos desenrolados no Rio.

Nessa proclamação diz s. excia. que na madrugada de hoje os integralistas assaltaram a residência do sr. Getúlio Vargas no Palácio Guanabara, sendo vencidos. Após a comedia dos punhais, recorreram agora a uma emboscada, fazendo atentados pessoais.

A técnica terrorista adotada é a mesma do Comunismo. O integralismo recorre ao mesmo processo empregado pelos comunistas, com a mesma crueldade e a mesma covardia [...]”⁴⁰.

Aqui os acontecimentos daquela madrugada foram relatados por Agamenon Magalhães. Ele era interventor federal em Pernambuco e foi chamado pelo jornal de “s. excia”, o que torna o lugar da fala ainda mais autorizado. E a fala autorizada do interventor desabonava o movimento integralista, que não era levado a sério: ainda antes de se reportar ao golpe daquela madrugada, ele lembrou-se da “comédia dos punhais”, referindo-se à suposta apreensão pela polícia, na casa de Salgado, de três mil punhais com a cruz gamada quando da repressão à primeira tentativa de insurgência integralista em março de 1938. A lembrança de tal episódio colocava-o no rol das coisas hilariantes: a apreensão dos punhais era lembrada como algo patético.

Ainda segundo o interventor, a técnica empregada pelos integralistas no golpe da noite anterior se constituía na mesma do comunismo e ela era terrorista. A associação do levante integralista à intentona comunista mais uma vez era retomada e permitia maximizar a pecha de cruel e covarde atribuída à ação integralista.

A pecha de covarde, para aludir aos camisas-verdes, efetivamente, surgiu anos antes do golpe de 1938. Em 7 de outubro de 1934, quando os integralistas, em São Paulo, reuniram-se na Praça da Sé para comemorar os dois anos do lançamento do Manifesto de Outubro, comunistas armados, posicionados em prédios ali situados, abriram fogo contra os camisas-verdes, ferindo vários deles e deixando dois mortos⁴¹. Os jornais comunistas nos dias seguintes retrataram o episódio como “a revoada dos galinhas-verdes”, ressaltando a covardia dos integralistas ao fugirem desordenadamente dos tiros. A partir dali, tal pecha passou a ser recorrente (ao menos nos jornais comunistas) e, para narrar os acontecimentos de 1938, ela foi amplamente usada. Isso é o que se percebe em matéria intitulada *Dominada uma Revolta Integralista*, do *Jornal do Comércio*, em edição daquele mesmo dia 12 de maio:

[...] Essa nova intentona integralista, que assumiu o caracter revoltante do atentado pessoal, causou geral indignação. [...] No Cattete, a guarda afugentou os que pretendiam penetrar no parque daquelle palacio, fazendo alguns prisioneiros, enquanto outros fugiram amedrontados⁴².

Em tal narrativa, mais uma vez, os integralistas eram representados como covardes, pois fugiram amedrontados como haviam feito quatro anos antes no episódio da Praça da Sé. E, se eram covardes, só podiam mesmo fugir, onde quer que tenham participado do malogrado episódio. É o que se lia no *Correio do Povo* que, ao reportar a uma das tentativas de assalto da intentona — a de tomar o Telégrafo Nacional — assim expressava a covardia integralista:

Logo que irrompeu o movimento, numerozo grupo de integralistas tentou assenhorar-se do Telegrapho Nacional.

A guarda ali sempre destacada, recebeu-os a bala, ferindo dois assaltantes, enquanto os demais fugiam⁴³.

Na matéria acima citada, percebe-se outra característica negativa atribuída aos integralistas, porém não tão presente nos discursos quanto a de covarde, falamos da qualidade de fanático imputada aos camisas-verdes. Naquela mesma matéria, podia-se ler que:

Entre os detidos figura um rapaz, quasi creança, pois conta apenas 17 annos, que foi preso à rua Visconde Itauna, com uma arma, munição e camisa verde sob o paletot. Perante o delegado especial da Segurança Política e Social o jovem não parecia perturbado, fixando tranquillamente a autoridade. À primeira pergunta exclamou: “Plínio Salgado mandou que me rebelasse”. Não foi possível arrancar-lhe mais qualquer declaração⁴⁴.

Ao narrar que o jovem detido, ao ser indagado sobre as atividades rebeldes da madrugada anterior, disse apenas que “Plínio Salgado mandou que me rebelasse”, o jornal instigava o público leitor a lembrar-se do que já havia outras vezes sido divulgado pela imprensa para se evidenciar o fanatismo integralista: a cerimônia de entrada de novos militantes na AIB, existente no seu estatuto, a qual exigia que o futuro integralista jurasse obediência e fidelidade ao “Chefe Nacional”⁴⁵. O cumprimento cego às ordens do chefe revelado por aquele jovem remetia sem dificuldade à pecha de fanático.

Matérias do teor arrolado acima foram amplamente difundidas pela grande imprensa, quase sempre sendo repetidas em vários jornais. Em alguns casos, a repetição é fácil de ser explicada, pois muitos periódicos pertenciam aos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, que as reproduziam em várias unidades do grupo. Em semelhantes matérias, era possível constatar a existência de narrativas alusivas ao Integralismo, aparentemente objetivas, que estariam supostamente relatando o real. Michel de Certeau, ao analisar a instituição do real por meio da mídia, afirma que:

O real contado dita interminavelmente aquilo que se deve crer e aquilo que se deve fazer. E o que se pode contrapor aos fatos? A pessoa tem que se inclinar e obedecer àquilo que “significam”, como o oráculo de Delfos. A fabricação de simulacros fornece assim o meio de produzir crentes e, portanto, praticantes. Esta instituição do real é a forma mais visível de nossa dogmática contemporânea. É também a mais disputada entre partidos⁴⁶.

A representação da realidade não é separada da realidade e assim se institui sentidos percebidos como tal. A ausência de marcas de enunciação, em discursos que se apresentam como apenas narrativas de fatos acontecidos às quais não se pode contrapor, aumenta ainda mais o seu peso no que concerne ao seu aspecto performativo. Destarte, forjavam-se, na memória social, as representações mais compartilhadas acerca do Integralismo. Ele era o que o discurso autorizado acerca dele pronunciava: risível, covarde, golpista e com militantes fanáticos.

Considerações finais

A AIB, por meio de seu líder, Plínio Salgado, ao tentar afirmar-se enquanto ator político fundamental na instauração do Estado Novo sofreu sua primeira significativa derrota, tornando-se um “novo pirarucu” por Vargas pescado.

Posteriormente, nos anos seguintes, os integralistas sofreram, na disputa pela memória, uma segunda derrota. Nesse sentido, foi-nos fundamental o conceito de memória social. Para pensar tal categoria partimos da ideia de que existe um passado espacialmente e historicamente

distante que se impõe à sociedade como memória social. Nessa direção, formula-se um projeto narrativo capaz de orientar o cidadão acerca do sentido temporal de sua comunidade. Buscando observar a diversidade de campos que envolvem a reflexão sobre o passado, cujo repertório ultrapassa a história, adotamos o referido conceito, atentos a duas de suas propriedades, sobretudo: (a) ela é mediada por leituras do passado disponibilizadas no espaço público por ampla rede discursiva e (b), lida como vetores de memória⁴⁷, em que se destaca a grande mídia.

Assim, a partir das matérias acerca do Integralismo, publicadas na grande imprensa, foi possível inferir que, entretentes, embora aparentemente apenas relatando os fatos, o que a imprensa fez foi compartilhar dos mecanismos de propaganda política por via dos quais o Estado Novo buscou legitimar o seu poder. Nesse processo, adversários da ditadura Vargas, como eram os integralistas, não foram poupados de vasta propaganda política a eles depreciativa. E, por tratarmos de um movimento político, deve-se acrescentar o fato de que o capital político é extremamente vulnerável, pois esse é “[...] puro valor fiduciário que depende da representação, da opinião, da crença, da fides, o homem político, como homem de honra, é especialmente vulnerável às suspeitas, às calúnias, ao escândalo, em resumo, a tudo o que ameaça a crença, a confiança [...]”⁴⁸.

Maria Helena Capelato considera que esse tipo de propaganda política em qualquer regime “é estratégia para o exercício do poder, mas nos de tendência totalitária ela adquire uma força muito maior porque o Estado, graças ao monopólio dos meios de comunicação, exerce censura rigorosa sobre o conjunto das informações e as manipula”⁴⁹.

Ainda que o regime implantado após o golpe de 1937 não tenha tido caráter totalitário, ele foi capaz de controlar a imprensa escrita e os programas radiofônicos, ou seja, os veículos expressivos de comunicação de massa da época.

Como “o mercado da política é, sem dúvida, um dos menos livres que existem”⁵⁰, em uma ditadura, como era o caso do Brasil naquele momento, o campo político tornou-se ainda menos livre. A censura explícita limitou ao extremo o restrito campo dos discursos e das representações políticas. Neste contexto, Getúlio Vargas, o pescador de pirarucu, contava por meio da mídia suas histórias de pescador ao cidadão comum, a quem restava a opção de aceitar tais representações como verdades ou distanciar-se do mundo político. Enquanto isso, a oposição à ditadura — e, nela, muitos integralistas — refugiava-se na clandestinidade ou no exílio, aguardando o desenlace do avanço dos regimes autoritários no Brasil e na Europa.

¹ TRINDADE, Héglio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930*. São Paulo: Difel, 1974, p.10.

² *Idem*, p. 09.

³ CAMARGO, Aspásia. Carisma e personalidade política: Vargas, da conciliação ao maquiavelismo. In: D'ARAUJO, Maria Celina (org.). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EdUERJ: Ed. FGV, 1999, p. 13.

⁴ *Idem*, p. 31.

⁵ VARGAS, Getúlio. *Diário*. v. 2. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995, p. 78.

⁶ *Idem*, p. 79.

⁷ Carta de Plínio Salgado a Getúlio Vargas, 28-01-1938. Este documento foi amplamente divulgado pelos integralistas e está presente em várias publicações. Utilizei-me da reprodução contida no volume 9 das Obras Completas de Plínio Salgado (1956), pp. 217-257.

⁸ VARGAS, Getúlio. *Op. cit.*, 1995, p. 85.

⁹ *Idem*, p. 90.

¹⁰ CAPANEMA, Gustavo. In: SCHWARTZMAN, Simon (org.). *Estado Novo, um auto-retrato*. Brasília: CPDOC/FGV, Editora Universidade de Brasília, 1983, p. 107.

¹¹ VARGAS, Getúlio. *Op. cit.*, 1995, p. 91.

¹² *Idem, ibidem*.

¹³ Em muitas comunidades ribeirinhas da Amazônia, em que se pratica a pesca do pirarucu, parece haver uma antropomorfização do peixe e, ao se referirem a ele, “dizem ‘o pirarucu’, seguindo uma personificação efetiva que transforma o animal em um ator, um interlocutor ativo, um ser com vontade, ‘inteligência’ e ‘emoções’” (MURRIETA, 2001, p.123). Pescar o pirarucu confere ao seu agente grande prestígio, pois o seu processo de pescaria “implica muita paciência e habilidades altamente refinadas” devido ao “tamanho grande, a força e a celebrada ‘inteligência’ do pirarucu” (*idem*, p. 121). A metáfora por nós utilizada justifica-se na medida em que Vargas foi visto como ator que conseguiu astutamente vencer Salgado, como o bem-sucedido pescador diante do pirarucu (e essa metáfora já havia sido usada pelo jornalista Costa Rego, em 1934, para referir-se ao jogo político feito por Vargas, como veremos logo mais).

¹⁴ SALGADO, Plínio. *Obras Completas*. Vol. 9. São Paulo: Editora das Américas, 1956, p. 243

¹⁵ REGO, Costa. *A pesca do Pirarucu*. In: *Correio da Manhã*, 12/01/1934.

¹⁶ Ver CARONE, Edgard. *O Estado Novo: 1937-1945*. (Coleção corpo e alma do Brasil). São Paulo: Difel, 1977, p. 200.

¹⁷ TAVARES, Jair. In: SALGADO, Plínio. *Obras Completas*. Vol. 9. São Paulo: Editora das Américas, 1956, p. 246.

¹⁸ O movimento integralista organizou, nos anos de 1930, uma estrutura pré-estatal. A resolução nº 165 da AIB, de janeiro de 1936, criou a Câmara dos Quarenta, precursora do que viria a ser, no ambicioso projeto integralista de formação do Estado Integral, o Senado.

¹⁹ MELO, Olbiano de. *A marcha da revolução social no Brasil* (ensaio histórico-sociológico do período 1922 a 1954). Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1957, pp. 124-125.

²⁰ VARGAS, Getúlio. *Op. cit.*, 1995, p. 109.

²¹ *Idem*, p. 108.

²² *Idem, ibidem*.

²³ *Idem*, p. 109.

²⁴ José Antônio Flores da Cunha, gaúcho, era senador, quando da candidatura de Getúlio Vargas a presidência. Após tê-lo apoiado na campanha, foi indicado interventor no Rio Grande do Sul depois da vitória da Revolução de 1930. A partir de 1934, já como governador constitucional, começou a se afastar de Vargas. Em 1937, foi forçado a deixar o governo do Estado gaúcho, exilando-se no Uruguai. Em 1938, enviou dinheiro do exílio aos integralistas para ajudar na preparação do levante de maio de 1938. Foi apontado pelo inquérito como partícipe daquele golpe. Voltando ao Brasil, em 1942, cumpriu pena de nove meses na Ilha Grande – RJ. Em 1945, elegeu-se deputado pela UDN. Fontes: Abreu et alii (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2001; Processo nº 600 do TSN, Arquivo Nacional.

²⁵ Entre os liberais envolvidos merece destaque Otávio Mangabeira que segundo Hélio Silva, quanto ao golpe de 1938, “teve em volta de si os amigos fiéis ao candidato preso: Armando de Sales Oliveira. São eles: os irmãos Francisco e Júlio Mesquita Filho, Luís de Toledo Pisa” (SILVA, 1971, pp. 147 -148). Mangabeira, político baiano, foi ministro das Relações Exteriores durante todo o mandato de Washington Luís (1926-1930) e apoiou a

candidatura situacionista de Júlio Prestes em 1930. Com a revolução deste ano, ele foi afastado do ministério, preso e exilado. Em 1934, com a anistia, retornou ao Brasil e foi eleito no mesmo ano a Deputado Federal. Na Câmara, fez oposição a Vargas. Com a implantação da ditadura em 1937, Mangabeira perdeu seu mandato, quando então começou a conspirar. Foi ele quem indicou o chefe do movimento, o general legalista João Cândido Pereira de Castro Júnior. Fonte: ABREU et alii (coord.) Dicionário histórico-biográfico brasileiro. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

²⁶ Processo nº 600 do TSN, Arquivo Nacional.

²⁷ Salgado, depois de permanecer foragido na capital federal por alguns dias, seguiu para São Paulo, ficando escondido até 26 de janeiro de 1939 quando foi preso. Colocado em liberdade dias depois, ele foi novamente preso em 29 de maio do mesmo ano. Da sua segunda prisão, só sairia em 22 de junho de 1939, em direção ao exílio em Portugal, país em que permaneceria até 1946.

²⁸ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros Proibidos, Idéias Malditas – O Deops e as Minorias Silenciadas*. São Paulo: Estação Liberdade: Arquivo do Estado/SEC, 1997, p.15.

²⁹ *Idem, ibidem*.

³⁰ CARONE, Edgard. *Op. cit.*, 1977, p. 170.

³¹ Joel Silveira nasceu em 1918 na cidade de Lagarto (SE) e começou a trabalhar em um jornal local. Mudou-se para o Rio de Janeiro aos 19 anos e trabalhou em grandes publicações, como "O Cruzeiro", "Diretrizes", "Última Hora", "O Estado de S. Paulo", "Correio da Manhã" e revista "Manchete". Ele foi repórter especial, correspondente de guerra e lançou mais de 40 livros. Destacou-se ainda na cobertura que realizou da Segunda Guerra Mundial na Itália, junto à FEB (Força Expedicionária Brasileira), como correspondente dos "Diários Associados". Fonte: Folha de São Paulo, 15/08/2007.

³² SILVEIRA, Joel. *A milésima segunda noite da avenida Paulista e outras reportagens*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 63.

³³ CARVALHO, Luiz Maklouf. *Cobras Criadas: David Nasser e O Cruzeiro*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001, p. 61.

³⁴ Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

³⁵ CARONE, *op. cit.*, p. 169.

³⁶ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História*. São Paulo, n. 10, dez, 1993.

³⁷ VON PLATO, Alexander. *Mídia e memória: apresentação e 'uso' de testemunhos em som e imagem*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 31, nº 61, pp. 211-229, 2011.

³⁸ KANSTEINER, Wulf. *Finding meaning in memory: a methodological critique of collective memory studies*. History and Theory. Nova York: Wesleyan University, 2002, pp. 179-197.

³⁹ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12 de maio de 1938.

⁴⁰ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 12 de maio de 1938.

⁴¹ Na ocasião morreram os integralistas Jayme Barbosa Guimarães e Caetano Spinelli. Eles seriam considerados mártires pelos integrantes do movimento.

⁴² *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 12 de maio de 1938.

⁴³ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12 de maio de 1938.

⁴⁴ *Idem, ibidem*.

⁴⁵ De acordo com os protocolos da AIB, todo futuro militante deveria, antes do ingresso na organização, prestar um juramento diante de fotografia de Salgado. No juramento, diziam-se as seguintes palavras: "Juro por Deus e pela minha honra trabalhar para a Ação Integralista Brasileira, executando, sem discutir, as ordens do chefe nacional e dos meus superiores" (ALVES, 1982, p. 43).

⁴⁶ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 7ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002, p. 287.

⁴⁷ Ver WOOD, Nancy. *Vectors of Memory: legacies of Trauma in Postwar Europe*. Oxford: Berg, 1999.

⁴⁸ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, pp. 188-189.

⁴⁹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. (Coleção textos do tempo). Campinas: Papirus, 1998, p. 66.

⁵⁰ BOURDIEU, Pierre. *Op. cit.*, p.166.

Bibliografia

ALVES, Ivan. *Os nossos super-heróis: nem notívagos, nem marinheiros, são os integralistas que chegam*. Rio de Janeiro: Otto Pierre, 1982. (Coleção Os Grandes Enigmas da Nossa História).

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

CAMARGO, Aspásia. *Carisma e personalidade política: Vargas, da conciliação ao maquiavelismo*. In: D'ARAUJO, Maria Celina (org.). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EdUERJ: Ed. FGV, 1999.

CANDAU, Joël. *Anthropologie de la mémoire*. Paris: Armand Colin, 2005.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. (Coleção textos do tempo). Campinas: Papirus, 1998.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros Proibidos, Idéias Malditas – O Deops e as Minorias Silenciadas*. São Paulo: Estação Liberdade: Arquivo do Estado/SEC, 1997.

CARONE, Edgard. *O Estado Novo: 1937-1945*. (Coleção corpo e alma do Brasil). São Paulo: Difel, 1977.

CARVALHO, Luiz Maklouf. *Cobras Criadas: David Nasser e O Cruzeiro*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru: Edusc, 1999.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 7ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da AIB. In: CHAUÍ, M. & MORAES, R. S. C. (Org.). *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: CEDEC/ Paz e Terra, 1978.

CORREIO DO POVO. Porto Alegre, maio de 1938.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Porto Alegre, 12 de maio de 1938.

DOTTA, Renato Alencar; POSSAS, Lídia Maria Vianna; CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. (Orgs.). *Integralismo: novos estudos e reinterpretções*. Rio Claro: Arquivo Público do Município de Rio Claro, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HARTOG, François. *Regimes d'historicité – présentisme et expériences du temps*. Paris: Éditions du Seuil, 2003.

JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, maio de 1938.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4ª edição, Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

MELO, Olbiano de. *A marcha da revolução social no Brasil* (ensaio histórico-sociológico do período 1922 a 1954). Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1957.

MURRIETA, Rui Sérgio S. A Mística do pirarucu: pesca, ethos e paisagem em comunidades rurais do baixo Amazonas. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 7, n. 16, p. 113-130, dezembro de 2001.

NASSER, David. *A Revolução dos covardes*. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica “O Cruzeiro”, 1947.

RICOEUR, Paul. O passado tinha um futuro. In: MORIN, Edgar. *A religião dos saberes – o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SANDES, Noé Freire. O jornalista Costa Rego e o tempo revolucionário (1930). *Revista Brasileira de História*, v. 28, pp. 41-61, 2008.

SALGADO, Plínio. *Obras Completas*. Vol. 9. São Paulo: Editora das Américas, 1956.

SCHWARTZMAN, Simon (org.). *Estado Novo, um auto-retrato*. Brasília: CPDOC/FGV, Editora Universidade de Brasília, 1983.

SILVA, Hélio. *Terrorismo em campo verde*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

TRINDADE, Hélgio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930*. São Paulo: Difel, 1974.

VARGAS, Getúlio. *Diário*. v. 2. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

VICTOR, Rogério Lustosa. *O integralismo nas águas do leite: história, memória e esquecimento*. Goiânia: UCG, 2005.